

## Finanças

**Inadimplência** Levantamento mostra que volume de sinistros teve aumento de 63% no 1º semestre

# Empresas têm acionado mais o seguro de crédito

Daniela Meibak  
De São Paulo

A situação macroeconômica doméstica ainda instável continua a puxar o aumento na sinistralidade no seguro de crédito neste ano, em um ambiente de piora generalizada que, na avaliação das seguradoras, apenas deve ser revertido a partir da segunda metade de 2017. Com menor peso nas carteiras de seguro, as operações relacionadas a exportações viram um aumento ainda maior nas ocorrências, embora tenham se concentrado em casos pontuais.

Segundo levantamento feito pela seguradora Coface com base em números disponibilizados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), o crescimento no volume de sinistros de janeiro a junho foi de 63,1% na comparação com o mesmo período do ano passado. Mais importantes, os contratos de operações locais viram um aumento de 47,6% na sinistralidade, enquanto os contratos de exportação apresentaram um salto de 359,2%. Porém, no geral, a carteira das companhias está balanceada atualmente com 70% de mercado local e 30% de exportação.

Em transações comerciais feitas entre duas empresas, tanto no mercado local quanto na exportação, o seguro de crédito é contratado pela vendedora dos produtos para garantir o recebimen-

to do pagamento. No caso do atraso ou do calote, o seguro é acionado para preservar o fluxo de caixa da companhia vendedora, o que eleva a sinistralidade da indústria. Mesmo com a função de proteger as empresas de calotes de clientes, a utilização dessa ferramenta ainda é pequena.

Segundo a Coface, a indústria do seguro de crédito tem apenas R\$ 250 milhões em prêmios e no Brasil cerca de 600 companhias buscam essa opção, sendo a maior parte multinacionais que acabam seguindo o padrão das matrizes internacionais.

O uso da ferramenta é feito em toda a cadeia produtiva, desde companhias grandes até chegar às pequenas, e os números podem apontar movimentos de inadimplência fora do sistema bancário. O cenário de aumento na incidência de calotes tem levado as seguradoras a recompor as taxas de prêmios para os setores mais afetados.

De acordo com Marcelo Lemos, presidente da Coface no Brasil, o aumento da sinistralidade é resultado tanto da piora da situação macroeconômica local quanto de alguns casos em operações externas em meio à inciativa das companhias de aumentarem participação nas exportações. "O aumento da sinistralidade no seguro de crédito voltado a operações do mercado interno é fruto da situação econômica brasileira, que está instável. Nas

transações de exportação o número é maior e assusta, mas a representatividade dessas operações é menor e o aumento foi puxado por alguns casos", diz a executiva, sem abrir quais foram os casos mais relevantes.

Na avaliação de Cristina Salazar, presidente da seguradora Cesce Brasil, o aumento da sinistralidade é geral, não afeta um setor específico. A executiva explica que, quando a indústria se retrai, as pessoas reduzem o consumo e as empresas não têm como se manter, o primeiro passo é renegociar com fornecedores, para alongar prazos e atrasar compromissos — o que dispara o seguro de crédito. "Mesmo que a seguradora venha a recuperar, a função dela é manter o fluxo de caixa da companhia. Ela paga a indenização e vai atrás do pagamento", afirma.

Após o aviso de sinistro, a seguradora vai atrás da empresa que deu o calote para tentar recuperar os créditos inadimplentes. Segundo Cristina, da Cesce, antes da crise a recuperação era de 40% a 50% do valor segurado e agora está entre 20% e 30%. Além disso, o processo de recuperação está mais demorado.

A presidente da Cesce destaca que, entre os principais setores, o de siderurgia é um dos que apresentaram maior acionamento de apólices. O segmento vem aça para indústrias, como o de máquinas, bens de con-



Marcelo Lemos, presidente da Coface: demanda por seguro de crédito cresceu após a piora na economia

sumo e automobilística, e vem sofrendo há meses com as dificuldades desses clientes.

A executiva também chama a atenção para o aumento do número de recuperações judiciais no país, que se reflete no seguro de crédito. Um dos casos de maior repercussão é o da operadora de telefonia Oi, que tem impacto direto no setor de seguros e indireto por meio dos efeitos na cadeia de fornecedores. A expectativa é que o caso siga o movimento visto com a Petrobras quando foi deflagrada a operação Lava-Jato, que impactou toda a cadeia de petróleo brasileira. "Oi é um dos casos que ainda não estão refletidos nas estatísticas do seguro de crédito", diz Cristina.

Em meio à piora no cenário, as

seguradoras vêm desde o ano passado reduzindo o risco de suas carteiras, com forte movimento de reanálise dos limites de crédito das empresas. Os efeitos, no entanto, aparecem após seis a sete meses, uma vez que as transações comerciais são normalmente feitas com 180 dias de antecedência e o seguro é emitido na mesma ocasião. Esse é um dos motivos que levam as instituições a esperar melhora na sinistralidade apenas entre a segunda metade de 2017 e 2018.

A conjuntura atual, no entanto, não afeta apenas negativamente o segmento. De acordo com as seguradoras, com o ambiente de mais incertezas sobre o cumprimento dos contratos, as companhias buscam se blindar mais com o seguro de crédito.

No primeiro semestre, os prêmios cresceram 13,9% na comparação com 2015, com avanço de 14% nas transações domésticas e de 13,5% em exportação. Além disso, o movimento observado recentemente das empresas aumentando o peso da exportação nas suas receitas também contribui para o crescimento da contratação do seguro.

"Percebemos a mudança de percepção de risco dos executivos, que têm buscado ferramentas para se proteger. Algumas empresas que não tinham proteção sofreram com inadimplência e pensaram em como continuar com a economia extremamente conturbada sem ter risco de perda. Vimos o aumento da demanda seguro de crédito", diz Marcelo, da Coface.

## Novo estatuto da BM&F terá comitê para discutir preços

Carolina Mandl  
De São Paulo

O novo estatuto da BM&FBovespa, aprovado em assembleia geral extraordinária no dia 20 de maio, traz a figura de um comitê de produtos e precificação, que tem alçada para discutir previamente mudança nos preços cobrados pela bolsa. O novo documento ainda depende da aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

É este órgão, na avaliação de Edemir Pinto, presidente da BM&FBovespa, que terá poder de combater o risco de eventual abuso de poder de mercado após a fusão com a Cetip. "Existe a criação de uma infraestrutura única de mercado. Quando você trabalha com isso, apesar das vantagens, você tem de mitigar riscos", afirma.

As mudanças no estatuto foram feitas visando a integração com a Cetip, que ainda depende

do sinal verde de Cade, BC e CVM.

Esse comitê será composto por algo entre seis e nove pessoas, sendo duas delas conselheiros independentes. Os demais precisam ser representantes de instituições financeiras com conhecimento de produtos de tesouraria, operações de crédito e gestão de recursos.

De acordo com o estatuto, o comitê acompanhará o desenvolvimento de produtos e a implementação de políticas de

descontos comerciais, além de fazer a avaliação da estrutura de preços da BM&FBovespa. O estatuto menciona que a estrutura de preços deve ser comparada às taxas das principais bolsas internacionais.

Esse comitê, porém, não tem poder de veto na fixação de preços. Cabe a ele levar a discussão para o conselho de administração, que tomará as providências que julgar necessárias. Quando houver divergências entre a pro-

posta do presidente e o comitê de precificação, será do conselho a tarefa de decidir quanto cobrar. Isso vale para derivativos listados e de balcão, taxa de juros nominal em reais, taxa de cupom cambial, Ibovespa, captação bancária e serviços da unidade de financiamento.

Edemir explica que o conselho deverá seguir uma diretriz de preço de produtos e serviços, que ainda não foi definida. Qualquer mudança nessa dire-

triz precisará passar pela aprovação de 90% dos integrantes do conselho de administração.

O novo estatuto da BM&FBovespa tem um modelo já seguido pela Cetip. Quando fez sua oferta inicial de ações, a Cetip criou um comitê de precificação, que funciona de acordo com os chamados "princípios operacionais". Edemir diz que na BM&F a função cabe às câmaras consultivas, criadas por produto e com 20 integrantes do mercado.

## Deutsche Bank pode cortar bônus de executivos em 2016

Jasper Aijnen/Bloomberg



Nicholas Comfort  
Bloomberg

O conselho supervisor do Deutsche Bank deveria discutir a eliminação de bonificações para executivos do alto escalão pelo segundo ano consecutivo depois que o maior banco da Alemanha adiou o pagamento de dividendos, disse Christian Sewing, responsável por serviços bancários de varejo.

"É claro que se não pagamos dividendo a nossos acionistas, nossos próprios bônus também precisam ser debatidos", disse Sewing, que é um dos dez integrantes do conselho administrativo do Deutsche Bank, ao jornal "Bild-Zeitung".

O principal executivo do Deutsche Bank, John Cryan, vendeu ativos arriscados e eliminou milhares de empregos para fortalecer as contenções de capital e aumentar a lucratividade, afetada pelos crescentes custos legais e por normas mais rígidas. O CEO cancelou bonificações para os executivos do alto escalão e suspendeu dividendos depois que o banco registrou em 2015 o primeiro prejuízo anual desde 2008. Embora a instituição tenha perdido 46% de seu valor de mercado neste ano, Cryan insi-

nuou que não há necessidade imediata de levantar capital.

"A questão de um aumento de capital não é um problema no momento", disse Sewing ao Bild-Zeitung. "O preço das ações está muito baixo, mas nossa meta é que o banco volte à lucratividade no longo prazo. Isso também aumentaria o preço das ações."

Como o Deutsche Bank eliminou ativos e acumulou patrimônio e liquidez desde a crise financeira, "os órgãos reguladores não veem nenhuma necessidade imediata de aumentarmos nosso capital", disse ele. O banco está "a caminho" de atingir a meta de índice de capital de nível 1, uma métrica de robustez financeira, de pelo menos 12,5% até o final de 2018, disse Cryan no mês passado.

Sewing, que também dirige a unidade de clientes comerciais e de alto patrimônio, receberia um salário de € 2,4 milhões e até € 5,9

milhões em bônus relativos a este ano, informou o banco em março. Embora, teoricamente, a compensação "máxima" de Cryan segundo a fórmula do banco seja de € 12,5 milhões, ele não pode receber de fato esse montante, porque a remuneração dos membros do conselho administrativo em 2016 foi limitada a € 9,85 milhões.

O tamanho dos bônus depende do desempenho da instituição. Cryan adiantou que talvez o Deutsche Bank não consiga voltar a dar lucro neste ano porque está assumindo custos para demitir funcionários e acumula provisões para multas e processos judiciais. Sewing acrescentou que o Deutsche Bank não pretende repassar o custo dos juros negativos para clientes pessoa física. Outros bancos provavelmente terão que seguir o exemplo da instituição.

### Banco Central do Brasil - DEORF

Declaração de Propósito  
Plínio Dell Aquila, inscrito no CPF sob o nº 056.981.218-32 e Ricardo Vitorasso, inscrito no CPF sob o nº 145.130.898-14, declaram, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargos de administração na Scania Administradora de Condições Ltda. Esclarecem que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito à visita do processo respectivo. Banco Central do Brasil - DEORF - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Av. Paulista nº 1804, 5º andar, Bela Vista, São Paulo/SP - CEP 01310-922, Colônia, 16 de agosto de 2016. Plínio Dell Aquila; Ricardo Vitorasso. (17 e 18/08/2016)

Sewing, responsável por serviços de varejo do Deutsche: "se não pagarmos dividendo, nossos bônus precisam ser debatidos"